



TREINAMENTOS EM GESTÃO PÚBLICA

CONVIDA

# Curso em MARINGÁ – PR

Dias 03, 04 e 05 de  
Julho de 2024.

**MODO  
MENTORIA**

## TEMAS:

**LIMITES NA GESTÃO DE PESSOAL E DE  
CONTRATAÇÕES NO SETOR PÚBLICO EM  
FINAL DE MANDATO.**

NOVAS REGRAS DA POLÍTICA REMUNERATÓRIA DOS  
AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS NA RECENTE VISÃO DO  
STF E TCEs, COM RELAÇÃO AO 13º SUBSÍDIO, 1/3 DE  
FÉRIAS, FIXAÇÃO DE SUBSÍDIOS E A (im)POSSIBILIDADE  
DE RECOMPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS.

[www.nstreinamentos.com.br](http://www.nstreinamentos.com.br)

# Programação

## > Dia 03/07/2024 – Das 09:00h as 12:00h

- Inscrições e credenciamento dos alunos. Entrega das Apostilas e material de apoio. Abertura do Evento com exposição dos temas a serem abordados.

## > Dia 03/07/2024 – Das 14:00h as 17:00h

- Limites na Gestão de Pessoal e de Contratações no setor Público Municipal em final de mandato.
- Professor: Dr. Bruno Grego.

## > Dia 04/07/2024 – Das 09:00h as 11:30h

- Novas regras da Política Remuneratória dos Agentes Políticos Municipais na recente visão dos STF e TCEs, com relação ao 13º Subsídio, 1/3 de Férias, Fixação de Subsídios e a (im) Possibilidade de Recomposição das perdas inflacionárias. (Parte 1)
- Professor: Dr. Fábio Esteves.

## > Dia 04/07/2024 – Das 14:00h as 17:00h

- Novas regras da Política Remuneratória dos Agentes Políticos Municipais na recente visão dos STF e TCEs, com relação ao 13º Subsídio, 1/3 de Férias, Fixação de Subsídios e a (im) Possibilidade de Recomposição das perdas inflacionárias. (Parte 2)
- Professor: Dr. Fábio Esteves.

## > Dia 05/07/2024 – Das 09:00h as 11:00h

### • MODO MENTORIA

Orientação especializada sobre as regulamentações e limitações críticas na gestão de pessoal e contratações no setor público durante o período de final de mandato. Exploraremos as novas regras da política remuneratória dos agentes políticos municipais, à luz das recentes decisões do STF e TCEs. Espaço para debates, dúvidas, temas livres e encerramento com entrega dos diplomas.



Professor: Normélio Schneider.

### > Coordenadoras:



Angélica Letícia Moura



Jakeline Battisti



Elizabeth Lopes

## INSCRIÇÕES:

Site: [www.nstreinamentos.com.br](http://www.nstreinamentos.com.br)

Telefones:

(45) 99934-1188 - Normélio

(45) 99837-0304 - Angélica

(45) 99989-0604 - Jakeline

E-mail: [contato@nstreinamentos.com.br](mailto:contato@nstreinamentos.com.br)

# Temário

## TEMA 1: NOVAS REGRAS DA POLÍTICA REMUNERATÓRIA DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS NA RECENTE VISÃO DO STF E TCEs, COM RELAÇÃO AO 13º SUBSÍDIO, 1/3 DE FÉRIAS, FIXAÇÃO DE SUBSÍDIOS E A (im) POSSIBILIDADE DE RECOMPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS.

1. Fundamentos Constitucionais;
2. Princípios Constitucionais aplicáveis a Remuneração dos Agentes Políticos;
3. Art. 37, X e XI e art. 39, § 4º, CF/88 – Regras dos Subsídios;
4. Recurso Extraordinário nº 650.898/RS – 13º Subsídio e 1/3 de Férias;
5. Teses Divergentes do RE nº 650.898/RS;
6. Efeitos da decisão do STF – Supremo Tribunal Federal;
7. Possibilidade de instituição e pagamento;
8. Regras estabelecidas pelo TCE/PR no Acórdão nº 2045/2020;
9. Deve-se observar o Princípio da Anterioridade ?
10. Deve-se respeitar o Limite de Gastos com o Pessoal da LRF ?
11. É possível a cobrança retroativa do 13º subsídio e 1/3 de Férias
12. Fixação dos Subsídios dos Agentes Políticos;
13. Instrumento Normativo: Lei ou Resolução;
14. Prazo para a fixação dos Subsídios;
15. (Im) possibilidade de recomposição (perdas inflacionárias);
16. Recurso Extraordinário (RE) 1.344.400/SP;
17. ADI nº 0039653-22.2022.8.16.0000 – Tribunal de Justiça do Paraná;
18. ADI nº 0047332 – 73.2022.8.16.0000 – Tribunal de Justiça do Paraná;
19. Efeitos das Decisões Judiciais em relação a Recomposição Inflacionária;
20. Conclusões e questões para debate.

## TEMA 2: LIMITES NA GESTÃO DE PESSOAL E DE CONTRATAÇÕES NO SETOR PÚBLICO MUNICIPAL EM FINAL DE MANDATO

1. Limites de gastos impostos pela LRF;
2. Medidas essenciais para a redução do índice, antes da demissão;
3. Limites dos Princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade:
  - a) Cargos Comissionados;
  - b) Funções de Confiança (FGs);
  - c) Verbas Complementares (Gratificações – Prêmios – Auxílios – Adicionais etc)
  - d) Número de Estagiários;
  - e) Contratações via PSS.
4. Limites nas nomeações e designações:
  - a) Parentes: (Súmula 13 do STF – Nepotismo);
  - b) Ficha Limpa Municipal;
  - c) Fornecedor local;
5. Limites na Remuneração:
  - a) Teto constitucional;
  - b) Legalidade;
  - c) Regularidade;
  - d) Limites nas acumulações.
6. CONCLUSÕES E QUESTÕES PARA DEBATE

## VALOR INSCRIÇÃO MODO MENTORIA: R\$ 2.490,00.

Incluso material de apoio, apostilas, certificado e coffee break.

Atendimento on-line 15 dias subsequentes ao curso presencial.

Depósito em nome de:

NS TREINAMENTOS EM GESTAO PUBLICA LTDA.

CNPJ 12.137.995/0001-16

PIX: 12.137.995/0001-16

AG 0959-8 - C/C 38019-9 - Banco do Brasil

**LOCAL: Hotel Golden Ingá.**  
**Rua Néo Alves Martins – 2398**  
**Maringá – Pr.**  
**44-8439-3036**

**Obs: Entrega de Certificado**  
**somente com mínimo de**  
**75% de participação.**



**Público-alvo:** Dirigentes e Gestores de Entidades Públicas Municipais, Servidores ligados à contabilidade, orçamento, finanças, planejamento, licitações, controle interno, recursos humanos, comissões em geral, bem como aos Prefeitos, Presidentes, Vereadores e Assessores Parlamentares.



**MODO MENTORIA:** A mentoria será conduzida de forma interativa, com estudo de casos práticos e análise detalhada das normativas vigentes e das decisões judiciais mais relevantes. O objetivo é promover um aprendizado mais profundo e engajado, onde os participantes não apenas absorvem informações, mas também as aplicam, refletem sobre elas e contribuem para o processo educativo. Estendendo o aprendizado para os 15 dias subsequentes, de forma on-line, garantindo a efetiva aplicação do conteúdo aprendido.

**CURRICULUM: Dr. FABIO ESTEVES.**



Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UNB), doutorando em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), juiz de direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), atualmente exercendo o cargo de juiz instrutor do Gabinete do Ministro Edson Fachin, no Supremo Tribunal Federal (STF), professor de Direito Constitucional e de Direito Administrativo da Escola da Magistratura do Distrito Federal, ex-vicepresidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Presidente da Comissão Multidisciplinar de Inclusão do TJDFT, membro da Comissão de Juristas da Câmara dos Deputados para revisão da legislação antirracista, membro da Comissão para Promoção da Igualdade Racional no Processo Eleitoral, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, foi Presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (AMAGIS-DF), nos biênios de 2016/2018 e 2018/2020.



## **OBJETIVO:**

A NS – TREINAMENTOS E CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, tem como objetivo a capacitação dos servidores, técnicos e representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, contribuindo para o aprimoramento de gestão administrativa eficiente, com o intuito de suprir os anseios de uma sociedade que vislumbra no seu representante a base fundamental com resultados à toda sociedade.

Tendo como objetivo fornecer uma compreensão abrangente das novas regras da política remuneratória dos agentes políticos municipais à luz das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos Tribunais de Contas Estaduais (TCEs). O foco será nas questões específicas relacionadas ao 13º subsídio, ao direito a 1/3 de férias, à fixação de subsídios e à (im)possibilidade de recomposição das perdas inflacionárias. Além disso, serão explorados os limites na gestão de pessoal e nas contratações no setor público durante o final do mandato. O curso visa capacitar os participantes para entender e aplicar essas novas diretrizes de forma eficaz e em conformidade com a legislação vigente.

Sendo assim, com as orientações transmitidas por meio deste Curso, tona-se possível aos Agentes Públicos atuarem de forma mais eficiente, em respeito aos ditames legais e constitucionais, além de agregarem amplo conhecimento e segurança jurídica para realizarem o controle da Administração Pública Municipal, no intuito de satisfazer o interesse público.